



RIESISE

Revista Iberoamericana de
Economía Solidaria e
Innovación Socioecológica

Vol. 5 (2022), pp. 73-93 • ISSN: 2659-5311

<http://dx.doi.org/10.33776/riesise.v5.5191>

ECONOMÍA SOLIDARIA Y POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL DESARROLLO TERRITORIAL: UN ANÁLISIS BASADO EN EXPERIENCIAS SUBNACIONALES BRASILEÑAS DE RESILIENCIA

SOLIDARITY ECONOMY AND PUBLIC POLICIES FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS BASED ON BRAZILIAN SUBNATIONAL RESILIENCE EXPERIENCES

Leandro P. Morais
Universidade Estadual Paulista
leandro.morais@unesp.br

Sandro P. Silva
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
sandro.pereira@ipea.gov.br

Dayvid S. Santos
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia
dayvid.santos@setre.ba.gov.br

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo analizar los aspectos generales presentes en algunas unidades del poder federativo brasileño (municipal y estatal) que permanecen con programas de economía solidaria en sus territorios, con el fin de sistematizar las principales especificidades de sus repertorios de acción. La metodología fue el estudio de múltiples casos, y como fuente de datos, utilizamos materiales normativos de los programas (leyes, decretos, informes de ejecución, etc.), bibliografías específicas sobre las experiencias elegidas, además de conversaciones informales con responsables vinculados a los programas. Los resultados indican que, si bien tienen características diferenciadas, se expresan a través de la participación popular y vislumbran la construcción colectiva del ideal de desarrollo local sostenible.

ABSTRACT

This text aims to analyze the general aspects present in some units of the Brazilian federative power (municipal and state) that remain with solidarity economy programs in their territories, in order to systematize the main specificities of their action repertoires. The methodology was the study of multiple cases, as a data source, normative material on the programs (laws, decrees, execution reports, etc.), specific bibliographies on the chosen experiences, in addition to informal conversations with managers linked to the programs. The results indicate that, although they have distinct characteristics, they are expressed through popular participation and envision the collective construction of the ideal of sustainable local development.

PALABRAS CLAVE

Desarrollo territorial; resiliencia, políticas subnacionales.

Fecha de recepción: 17/02/2022

Fecha de aceptación: 13/06/2022

Fecha de publicación: 29/11/2022

KEYWORDS

Territorial development; resilience, subnational policies.

CÓDIGOS JEL: **O10, O38.**

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno conhecido como economia solidária emergiu nas últimas décadas na América Latina enquanto um novo paradigma de organização social, voltado ao fomento de um conjunto diversificado de práticas coletivas para a geração de trabalho e renda e para a orientação de projetos inovadores de desenvolvimento local, organizadas na forma de associações, cooperativas, empresas de autogestão, iniciativas locais nas áreas de serviços sociais, finanças solidárias e comércio justo, além de mecanismos correlatos de fomento e assessoramento (Silva, 2020a; Gaiger, 2020). À medida que o tema foi alcançando maior densidade social, ele começou a figurar também como elemento balizador de programas governamentais de distintas localidades.

No Brasil, o que se observa a partir da literatura existente é que a inserção da economia solidária nas agendas de governo iniciou-se em instâncias subnacionais, ressaltando que uma das bases fundantes da Constituição brasileira de 1988 é a autonomia dos entes federativos. Em 2003, essa relação ganhou uma nova escala com a criação de uma estrutura administrativa própria no governo federal para tratar de programas orientados sobre essas diretrizes, em pareceria direta com os movimentos sociais e marcada pela transversalidade junto a outras temáticas associadas ao desenvolvimento local sustentável. Desde então, o tema passou por momentos diferenciados de institucionalização, dada a disputa política inerente a esse processo, até chegar a um momento de “crise de paradigma”, isto é, perda de relevância do tema, levando praticamente a sua exclusão da agenda governamental (Silva, 2020b).

Nesse contexto, vale investigar como o tema da economia solidária mantém-se expresso nos níveis subnacionais, mesmo sem a existência de um programa nacional de fomento a essa estratégia de ações. Este texto visa justamente avançar nesse ponto, ao analisar os aspectos gerais presentes em algumas unidades do poder federativo brasileiro (municipais e estaduais) que permanecem com programas de economia solidária em seus territórios, no sentido de sistematizar as principais especificidades presentes em seus repertórios de ação. A metodologia foi a de estudo de casos múltiplos (Yin, 2015), que atendeu ao objetivo de investigar como o tema vem sendo tratado a partir de evidências observadas em alguns

governos subnacionais no Brasil. Como fonte de dados, analisou-se material normativo sobre os programas (leis, decretos, relatórios de execução, etc.), bibliografias específicas sobre as experiências escolhidas, além de conversas informais com gestores ligados aos programas.

As experiências analisadas foram: municipais (Araraquara/SP; Balneário Camboriú/SC e Maricá/RJ) e estaduais (Bahia e Maranhão). Tais experiências foram selecionadas levando em conta uma busca exploratória aliada ao (re)conhecimento prévio de tais casos, por parte dos autores, como importantes experiências resilientes de políticas públicas subnacionais atuais, em termos de economia solidária. Vale ressaltar, porém, que não foi objetivo analisar as experiências de maneira comparativa, nem tampouco no tempo, mas sim verificar os distintos desenhos programáticos a partir dos seguintes aspectos: *i*) trajetórias de institucionalização em diferentes contextos; *ii*) sensibilidade dos governos às interfaces entre economia solidária e desenvolvimento local; e *iii*) participação coletiva e governança democrática entre os atores ecossistêmicos envolvidos. Com isso, buscou-se verificar a hipótese aventada da diversidade de estratégias locais para a manutenção e resiliência das políticas de economia solidária no plano local.

O texto está organizado da seguinte forma. Na seção 1, apresenta-se um breve debate sobre a relação da economia solidária enquanto elemento orientador de políticas de desenvolvimento local, bem como um panorama histórico sobre o processo de institucionalização da economia solidária no Brasil. Na seção 2, segue uma síntese analítica das políticas desenvolvidas nas diferentes unidades federativas do Brasil, enfocando suas especificidades em termos de estrutura programática e relações estabelecidas com a sociedade civil. Por fim, são tecidas algumas considerações conclusivas.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA, POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Uma das particularidades presentes na trajetória da economia solidária no debate público reside em como ela tem sido absorvida pelo Estado e transformada na forma de política pública. De acordo com Schiochet (2006), as organizações, entidades e os sujeitos partícipes buscam reconhecimento por parte do Estado de reivindicações historicamente negligenciadas. Adicionalmente, entende-se que a geração local de trabalho e renda, a partir da perspectiva associativista e autogestionária, constitui um dos elementos a serem considerados para a definição de projetos distintos de desenvolvimento local, dado seu potencial de promover novas dinâmicas econômicas, sobretudo em regiões periféricas, com alto índice de pobreza (Silva e Carvalho Filho, 2018).

Do ponto de vista do que se considera como “local”, para Cassiolato e Szapiro (2003), refere-se não apenas à localização da atividade econômica, mas às “interdependências específicas da vida econômica”, ou seja, quando

a viabilidade econômica está enraizada em práticas e relações sociais. Trata-se, portanto, do desenvolvimento *endógeno* de economias a partir de dinâmicas territorializadas, assentadas na cooperação, na aprendizagem, nos conhecimentos tácitos, nas culturas técnicas específicas e nas sinergias entre os atores envolvidos (Ortega, 2008). Adicionalmente, depende do grau de capital social encontrado nas comunidades em que as ações são praticadas, ou seja, das capacidades de cooperação em torno de um projeto coletivo (Putnam, 2000).

Nesta perspectiva, a ideia do desenvolvimento endógeno baseia-se na visão que os sistemas produtivos consistem em um conjunto de fatores materiais e imateriais que permitem que as economias locais e regionais adotem caminhos diferentes para a melhoria de indicadores socioeconômicos. É neste contexto que ganha ênfase as políticas públicas aptas a estimular uma trajetória de desenvolvimento, com foco no fortalecimento ou mesmo na formação de uma cultura proativa a partir de uma base local (Morais, 2013).

O foco inovador de tais ações estaria centrado, de um lado, na ideia de que o projeto deve ser construído *de baixo para cima* e, por outro, deve basear-se em um *pacto territorial*, mediado e impulsionado pela articulação de atores-chave (agentes estatais, organizações de produtores, cooperativas, sindicatos, associações empresariais etc.). Pacto este que implica na construção e no fortalecimento de *circuitos socioprodutivos locais* integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um lugar (França Filho, 2006).

Percebe-se então que a economia solidária, dadas suas especificidades de ação em seus respectivos territórios, apresenta inúmeras potencialidades como instrumento de desenvolvimento local. No entanto, a despeito destas potencialidades, observa-se que muitas de suas experiências são marcadas por fragilidades intrínsecas ao seu funcionamento (produtiva, comercial, jurídica, contábil etc.), fragilidades estas que podem ser minimizadas ou enfrentadas através do fortalecimento do *ecossistema empreendedor* para a economia solidária, sendo a política pública (ou o apoio do Estado) um dos atores de relevância neste ecossistema (Morais e Bacic, 2020).

No Brasil, é possível afirmar que o conceito de economia solidária emergiu no debate público na segunda metade dos anos 1990, quase que simultaneamente nos meios social (como bandeira de organização sócio-política de movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil), acadêmico (como fenômeno social heterogêneo e passível tanto de problematização científica quanto de atuação pela via da extensão universitária) e governamental (como temática a ser considerada na agenda de governo e operacionalizável por meio de programas específicos).

Mas, somente em 2003, com o início do mandato do Presidente Lula da Silva, é que o tema adentrou de fato ao plano federal, marcando o que Araújo e Silva (2005) denominaram como “novo paradigma” de intervenção governamental. Tal ocorrência vai ao encontro da *teoria dos múltiplos fluxos* proposta Kingdon (1995), a qual postula que mudanças de governo abrem importantes *janelas de oportunidade* para inovações na agenda pública.

Para isso, foi fundamental a atuação do movimento social de economia solidária, que embora estivesse em estágio embrionário, possibilitou que um conjunto estruturado de parâmetros para uma política pública nacional dedicada a esse tema pudesse influenciar diretamente nas decisões do presidente da República. Os atores da sociedade civil envolvidos à época com o tema estavam mobilizados em torno do chamado Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), embrião do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Eles organizaram em 2002 a I Plenária Nacional de Economia Solidária (I PNES), na cidade de São Paulo, onde aprovaram uma carta ao presidente recém-eleito, intitulada “Carta ao Lula: Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” (Silva, 2018; 2020b).

Em resposta a esse conjunto de demandas, o próprio Presidente Lula anunciou, em janeiro de 2003, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Dentre suas atribuições, definidas pelo Decreto nº 5.063/2004 (art. 18), estavam: *i)* subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária; *ii)* articular-se com representações da sociedade civil para a determinação de diretrizes e prioridades da política; *iii)* planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; *iv)* colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; *v)* estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos organizados de forma coletiva; *vi)* promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária.

Definidas as questões burocráticas iniciais, partiu-se então para a estratégia de governo para a área, que também foi construída em diálogo com representantes de organizações da sociedade civil, a partir de uma proposta denominada *Plataforma de Ação*.¹ As diretrizes dessa plataforma foram incorporadas após a inserção da temática no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento

1 A proposta básica da Plataforma configurava-se em torno de sete eixos: *i)* finanças solidárias, *ii)* marco legal, *iii)* educação, *iv)* comunicação, *v)* redes de produção, comercialização e consumo; *vi)* democratização do conhecimento e tecnologia; e *vii)* organização social da economia solidária.

(PESD), que se manteve no PPA 2008-2011.² Com ele, a Senaes passou a contar com orçamento e estrutura administrativa próprios, o que lhe conferiram o *status* de unidade gestora. As ações previstas inicialmente foram no intuito de gerar soluções para os gargalos enfrentados pelos empreendimentos, sintetizadas em quatro temas estruturantes: *i) acesso a capital* - apoio à oferta de bens e serviços financeiros; *ii) acesso a conhecimentos* - formação, assistência técnica e pesquisas; *iii) acesso a mercados* - organização dos processos de produção e canais de comercialização; e *iv) arcabouço institucional-legal* - articulação em torno de marcos legais que reconheçam e apoiem o fortalecimento institucional da economia solidária (Cunha, 2012; Silva, 2020b).

A inserção da economia solidária na agenda federal também impactou nas decisões de políticas subnacionais de governo. Segundo Goulart e Marin (2011), em 2008 já havia 14 estados e mais de 200 prefeituras municipais que desenvolviam algum tipo de política deliberada de apoio à economia solidária, em diferentes níveis de intensidade, inclusive com leis específicas e conselhos gestores (estaduais e municipais) constituídos. Além da esfera nacional, a Senaes desempenhou papel relevante de articulação internacional em programas voltados ao fortalecimento do trabalho associado, priorizando a integração regional latino-americana.³

Em termos de evolução da política na agenda federal, as evidências apontam para diferentes estágios que o tema assumiu ao longo dos anos, sobretudo quando se avalia por período de PPA. Silva (2020b) dividiu em termos analíticos esse período a partir de três momentos distintos. O primeiro momento foi denominado pelo autor como de *inserção e consolidação*, abrangendo os dois primeiros PPAs (2004-2007 e 2008-2011). Ele se caracteriza pela ascensão da temática na agenda governamental, a estruturação burocrática da Senaes e o lançamento do PESD, permitindo o desenvolvimento de uma plataforma inicial de ações para o estímulo e fortalecimento da economia solidária no Brasil.

O segundo foi de *expansão contraditória* (PPA 2012-2015), em que a política nacional de economia solidária conviveu, de um lado, com elevação na dotação orçamentária anual e, de outro, com queda acentuada no seu

2 O PPA consiste em um planejamento de médio prazo, com alcance temporal de quatro anos, que se inicia no segundo ano do mandato presidencial vigente e vai até o primeiro ano do mandato subsequente. Seu objetivo é orientar as decisões alocativas de governo, definindo os programas, as metas e as prioridades da administração ao longo daquele período (Couto e Cardoso Júnior, 2020).

3 Dentre os países que mantiveram relações de cooperação nesse período estão: Equador, Argentina, Uruguai, Venezuela, Paraguai, Bolívia, México, Cuba, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Itália, Portugal, Timor Leste, Alemanha, Senegal, Moçambique, Angola, entre outros. A partir de 2007, a Senaes passou a compor a Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM), proporcionando uma participação mais efetiva do Brasil nesse espaço, criado em 2001 (Silva, 2020b).

percentual de execução, de modo que a elevação da dotação não implicou em aumento nos gastos efetivos com os programas.

Por fim, o terceiro foi denominado *crise de paradigma* (PPA 2016-2019), onde se observou a tendência de redução tanto dos volumes orçamentários anuais aprovados para os programas geridos pela Senaes quanto dos valores efetivamente gastos, representando menos de um terço dos valores médios anuais dos momentos anteriores. Além da perda de espaço na disputa orçamentária, outros fatores também evidenciaram o rebaixamento da política de economia solidária na agenda programática do governo federal, reforçando a hipótese da crise paradigmática. Em termos de estrutura burocrática, houve a perda do *status* de secretaria nacional em 2016. Essa tendência se manteve com a nova gestão do governo federal que assumiu em 2019, quando o tema foi praticamente banido do PPA 2020-2023, e suas ações residuais diluídas em outros programas instalados no recém-criado Ministério da Cidadania.

Com a descontinuidade das ações no plano federal, resta então saber como ficou a situação das políticas em curso nas demais esferas federativas. A inexistência de um programa nacional certamente enfraquece a capacidade de estados e municípios em desenvolver programas próprios, sobretudo em função da restrição de autonomia orçamentária que eles enfrentam. Contudo, dada a heterogeneidade que configura o escopo da economia solidária, há a possibilidade de que o tema se mantenha nas agendas de alguns desses entes de forma específica ou mesmo pontual. A próxima seção busca justamente avaliar experiências nesse sentido, com enfoque em atores, conteúdos, contextos e processos locais.

3. EXPERIÊNCIAS SUBNACIONAIS

Nesta seção são apresentadas de forma sintética algumas iniciativas nos planos subnacionais (municipais e estaduais) que persistem na manutenção de políticas em suas respectivas agendas governamentais em interface com a temática da economia solidária, entendendo esse processo como elemento fundamental de resiliência ecossistêmica - ou o que Blanc (2020) denominou de *políticas territoriais de resiliência* - nesse cenário recente de deterioração da política pública federal de economia solidária no Brasil, conforme identificado por Silva (2020).

No que se referem às experiências analisadas, buscou-se elencar um conjunto de iniciativas provenientes de unidades federativas com características diversas, tanto municipais quanto estaduais, sobretudo em termos de população, regiões, tamanho populacional e índices de desenvolvimento humano (IDH). O quadro a seguir indica características mais gerais das unidades elencadas para este estudo.

QUADRO1 - Características federativas e sócio-demográficas das unidades de análise

Esfera federativa	Nome	Região	População	IDH (2010)
Municipal	Araraquara (SP)	Sudeste	143.071	0,815
Municipal	Balneário Camboriú (SC)	Sul	108.089	0,845
Municipal	Maricá (RJ)	Sudeste	161.207	0,765
Estadual	Maranhão	Nordeste	7.075.181	0,639
Estadual	Bahia	Nordeste	14.873.064	0,660

Fonte: Elaboração própria.

Partindo-se da hipótese de que a resiliência da economia solidária em agendas de governo subnacionais ocorre a partir de uma diversidade de estratégias locais que são diretamente dependentes dos contextos políticos e socioeconômicos nos quais elas se enquadram, para melhor organização da exposição das cinco experiências analisadas (três municipais e duas estaduais), optou-se por contemplar algumas dimensões, tais como: a) breve histórico das origens da experiência; b) atores relevantes pertencentes ao ecossistema local; c) institucionalidade (leis, decretos etc.); e d) características operacionais dos programas de economia solidária nos respectivos territórios. Entende-se que tais iniciativas revelam a relevância e os desafios inerentes à manutenção de programas dessa natureza, mesmo em um contexto de *desmantelamento* (Bauer *et al.*, 2012) do tema na agenda federal.

3.1 O CASO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP)

Em termos gerais, a política pública de economia solidária, começou a ser desenhada no município em 2001 e, atualmente, assume um papel importante na promoção de programas e ações que buscam a inclusão social e produtiva, o combate à fome e o resgate da cidadania, por meio da geração de renda, de forma coletiva e participativa. Desde 1998, havia um esforço para organizar os catadores que trabalhavam no lixão municipal, o que culminou em uma série de projetos, como a formalização da Associação Acácia de Trabalhadores com Materiais Recicláveis em 2001.

De 2005 a 2008 foi estruturado o Programa Municipal de Economia Solidária, onde se criou o Fórum Municipal de Economia Solidária, a Feira de Economia Solidária e o Clube de Trocas, e formaram-se novos empreendimentos, tais como: Associação Mãos que Criam, de artesanato; Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre (AMA), de alimentação e agricultura familiar; Associação dos Trabalhadores do Comércio Ambulante de Alimentação (ATCAAR); Cooperativa de Costura

de Araraquara (COSTUARA); Estamparia da Juventude, dentre outras pequenas unidades de trabalho coletivo que começavam a se formar no município (Fonseca et al, 2014).

Mais recentemente, segundo Sanches e Morais (2020), o ano de 2017 passou a representar um novo marco para o movimento da economia solidária de Araraquara, com o início de uma nova gestão da prefeitura municipal abertamente favorável ao fortalecimento do tema na agenda de governo. Merecem destaque, como medidas sinalizadoras, as seguintes iniciativas:

- a) Criação da Coordenadoria Executiva de Trabalho, Economia Criativa e Solidária (CETECS), alocada na Secretaria Municipal do Trabalho e de Desenvolvimento Econômico (SMTDE);
- b) Realização da 1ª Conferência Municipal de Economia Criativa e Solidária de Araraquara/SP; e
- c) Criação do Sistema Municipal de Economia Criativa e Solidária e do Plano Municipal de Economia Criativa e Solidária (Lei nº 9.143, de 2017).

Outro marco importante para o movimento ecossistêmico da economia solidária em Araraquara se deu sob o ponto de vista acadêmico, em parceria com a Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde foi criado o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC). Destaca-se também a participação de outros importantes atores no ecossistema da economia solidária local, tais como: o Instituto Federal de São Paulo (IFSP); a Universidade de Araraquara (UNIARA); e as entidades do "Sistema S" (SENAC, SEBRAE e SENAI). Vale ressaltar ainda a realização de uma parceria internacional com a cidade de Torres Vedras, em Portugal, mediante Acordo de Cooperação Técnica (Lei nº 9.406, de 2018), para troca de experiências e construção de estratégias conjuntas em economia solidária.

No momento atual, nota-se que a temática da economia solidária aparece representada em diversas ações transversais de governo, dialogando com políticas das áreas de desenvolvimento rural, direitos humanos, mulheres, igualdade racial, diversidade sexual, juventude, pessoas com deficiência, população em situação de rua, cultura, saúde e educação. Para corroborar tal afirmação, citam-se alguns programas em andamento no município, onde a economia solidária é protagonista dos processos e ações: Programa Municipal de Economia Criativa e Solidária; Programa Territórios em Rede (Lei nº 9.344, de 2018); Programa Municipal de Inclusão Social e Cidadania; Programa de Incentivo a Inclusão Social (Lei nº 8.998, de 2017); Bolsa Cidadania – Programa de Combate à Fome e Incentivo à Inclusão Produtiva (Lei nº 9.585, de 2019); Programa Ecomagia e Programas Novo Emprego e Crédito para o seu Trabalho (Paiva e Silva, 2020).

No que se refere ao orçamento público para o financiamento de tais programas, verifica-se que na passagem de 2017 (PPA 2014-2017) para 2018

(PPA 2018-2021) houve um crescimento de 200% do gasto público com a política de economia solidária. O orçamento da CETECS representa cerca de 0,03% do orçamento público municipal e mais de 30% do orçamento da SMTDE, que possui outras três coordenadorias - de Agricultura; de Comércio e Turismo e Prestação de Serviços; e de Indústria e Tecnologia (Paiva e Silva, 2020).

3.2 O CASO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC)

Com um sólido fluxo turístico, o município de Balneário Camboriú, situado ao norte do estado de Santa Catarina, tem o setor de serviços como o principal impulsionador da economia local. Entre as atividades de maior destaque deste setor, estão o comércio e a hotelaria, que juntos representam 26,1 % do produto interno bruto da cidade. Contudo, constata-se o crescimento do número de famílias inscritas em programas de transferência de renda do governo federal (como o Programa Bolsa Família) nos últimos anos, o que indica a possibilidade de aumento da incidência de pobreza no município.

É neste cenário que emergem no município alguns atores sociais, organizados em cooperativas, associações e/ou em grupos informais, com o propósito de construir outras estratégias de geração de oportunidades para o desenvolvimento econômico local, baseadas na autogestão, cooperação e solidariedade. Da articulação desses coletivos foi se formando o movimento social de economia solidária de Balneário Camboriú, o que possibilitou ampliar sua força, sobretudo política, para impulsionar suas reivindicações frente aos gestores municipais e buscar apoio entre possíveis parceiros nos diversos níveis federativos.

Nesse percurso, tal movimento ganhou a adesão de algumas categorias de trabalhadores, como os artesãos da cidade, os catadores (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis - Coopermar), e outras organizações de empreendedores solidários locais. A soma desses atores propiciou a criação do Fórum Municipal de Economia Solidária de Balneário Camboriú (EcoSol-BC), cujos principais objetivos eram a organização de um espaço para a comercialização - uma vez que as vendas dos produtos eram realizadas em locais pouco estruturados -, e a construção e aprovação de uma Lei Municipal de Economia Solidária, que estabelecesse as formas de fomento das iniciativas a partir de políticas públicas.

Nesse contexto, o Fórum Municipal de Economia Solidária do município articulou-se com diversas entidades, entre elas: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UNIVALI), o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI), o Núcleo Assistencial Humberto de Campos (NAHC), a Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Camboriú, o Laboratório de Aprendizagem em Economia Social e Solidária (LabEcoSol)

da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social (SDIS), formando um verdadeiro ecossistema inovador solidário, impulsionando as reivindicações, ações e projetos da economia solidária de Camboriú, com vistas a institucionalização e a construção do desenvolvimento local sustentável.

No ano de 2016, por iniciativa conjunta dos atores que congregam esse ecossistema, iniciou-se o processo na Câmara Municipal para a institucionalização da economia solidária. Essa articulação culminou na aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária de Balneário Camboriú (Lei nº 3939/2016), que estabelece diretrizes para: comercialização dos produtos, acesso aos espaços físicos e aos bens públicos do município para a instalação de Centro Público; apoio para a assessoria técnica e jurídica; cursos de capacitação e formação; convênios, apoio aos eventos e suporte para a constituição de um registro municipal dos empreendimentos, com a criação de um Selo de Certificação.

Outro ponto importante que a Lei evidencia é a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES), um órgão colegiado, com poderes deliberativos e normativos, formado por 12 representantes (6 governamentais, 4 EES e 2 entidades de apoio). O principal objetivo do CMES é definir, de forma participativa, as políticas públicas municipais de economia solidária de Balneário Camboriú, bem como convocar a Conferência Municipal de Economia Solidária e elaborar o Plano Municipal de Economia Solidária.

Nessa direção, os principais projetos e ações de economia solidária executados no município de Balneário Camboriú até então são:

- a) Realização de feiras nas praças com maior movimentação de pessoas da cidade;
- b) Apoio à aquisição do Caminhão do Peixe, junto ao Ministério da Pesca;
- c) Apoio à comercialização de orgânicos coordenado pela Associação de Quilombolas,
- d) Apoio à realização de uma feira de arte e artesanato semanal;
- e) Projeto Fazendo Renda/SC, com oficinas de artesanato em conchas, crochê e tricô, além de orientações sobre cooperativismo, custos e trabalho em grupo.

3.3 O CASO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ (RJ)

O município de Maricá - RJ, vem apresentando nas últimas décadas considerável crescimento populacional, sobretudo em decorrência da instalação de novos empreendimentos ligados ao setor de exploração de petróleo, o que faz aumentar a demanda da construção civil. Porém, a maior parte dos empregos gerados nessa atividade não é preenchida por trabalhadores do município. Esse fato, associado à inexistência de atividades

industriais e agropecuárias na cidade, faz com que uma parcela significativa da população economicamente ativa procure emprego em cidades próximas, como Niterói ou Rio de Janeiro (Silveira et al., 2018).

Para mitigar os efeitos socioeconômicos presentes, a Prefeitura Municipal de Maricá vem desenvolvendo desde 2013 o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá, lançado por meio da Lei nº 2.448. Tal programa é concebido a partir de quatro eixos estruturantes (transferência de renda, educação popular, fomento aos empreendimentos coletivos e soberania alimentar), e tem como objetivo criar mecanismos para a superação da pobreza e geração de oportunidades para a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Programa Municipal de Economia Solidária envolve um conjunto amplo de atores institucionais, tais como: Secretaria Municipal de Economia Solidária; Banco Comunitário Mumbuca; Escolas Municipais; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; Companhia de Desenvolvimento de Maricá (CODEMAR); e associações de produtores. Cada uma dessas entidades compartilha responsabilidades distintas dentro do fluxo de execução do programa, o que permite compreender essa interação como um ecossistema de inovação solidária, uma vez que o propósito dos atores consiste na busca pelo desenvolvimento local sustentável.

A execução de iniciativas e ações do ecossistema inovador solidário de Maricá prescindiram de leis municipais que institucionalizassem o setor. Além da Lei nº 2.448/2013, a atualização do programa se deu com a promulgação da Lei nº 2.652/2015. Outras leis importantes no município foram: Lei nº 2.641/2015, que criou o Programa de Renda Básica da Cidadania; a Lei nº 2.869/2019, criando o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Maricá; e a Lei nº 2.639/2015, que instituiu a Política Municipal do Cooperativismo.

A partir dessas leis, surgiram no município de Maricá um conjunto diversificado de programas e projetos sob a orientação da política economia solidária, (e que envolveram diversos atores locais), dentre as quais destacam-se: o Programa Renda Mínima Mumbuca; o Programa Renda Básica da Cidadania (todo operacionalizado via moeda social digital com circulação restrita ao município); o Banco Comunitário Mumbuca (que coordena a Moeda Social Mumbuca e o Crédito Produtivo Solidário - Mumbucred); o Programa Mumbuca Indígena; e o programa educacional Mumbuca Futuro.

3.4 O CASO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão, a partir da gestão iniciada em 2015, enfrenta o desafio de criar condições institucionais e orçamentárias para o desenvolvimento de políticas de economia solidária, com base

no trabalho associado e em relações de trabalho harmonizadas com as demandas ambientais, culturais e com o desenvolvimento local. A articulação estabelecida entre o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEESMA) e a Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES) tem sido fundamental para o fomento de ações integradas ao desenvolvimento das práticas de trabalho associativas, passando pela formação técnica, comercialização, produção e consumo.

Dessa forma, o FEESMA, juntamente com técnicos da SETRES, elaborou um projeto de bases estruturantes, chamado de Maranhão Desenvolvido, Mais Justo e Solidário, que possibilite aos empreendimentos de economia solidária sua inserção em etapas de incubação, com assessoria técnica, entrega de equipamento e estabelecimento de redes de comercialização. A materialização dessa incubação culminou na implantação do Centro de Referência de Economia Solidária do Maranhão (CRESOL), implantado em 2018, cujo objetivo era agregar as diversas experiências de economia solidária, bem como articular instituições parceiras e dar visibilidade às experiências em atividade, a fim de fomentar uma rede ampliada e consolidada de consumo solidário.

Vale registrar que o CRESOL, além de ser planejado como uma meta do projeto Maranhão Desenvolvido, se constituiu como uma demanda popular, articulada pelo movimento social em defesa da economia solidária, durante o processo de Orçamento Participativo do governo estadual. A criação deste Centro concebeu-se como uma das propostas vencedoras do processo de consulta popular. Ele está situado no Centro Histórico de São Luís, capital do estado, em área de grande circulação turística, com diversas repartições públicas e comércios, permitindo um bom fluxo de comercialização e visibilidade.

Do ponto de vista da governança, há um Comitê Gestor, formado por representantes de empreendimentos, entidades de apoio e poder público, com caráter deliberativo, para zelar pelos objetivos e princípios do CRESOL. Houve a criação de um fundo coletivo, constituído pela contribuição de 10% sobre a venda dos produtos, cujo objetivo é contribuir com demandas financeiras dos empreendimentos, permitir a ampliação do fundo rotativo solidário, bem como fomentar outras experiências locais.

No que se refere ao processo de institucionalização da política estadual de economia solidária, foi criado em 2017 o Conselho Estadual de Economia Solidária. Dentre outras funções, o conselho surgiu para atuar no monitoramento dos programas lançados no âmbito política pública, além de estimular e assessorar a criação de conselhos municipais de economia solidária por todo o estado do Maranhão.

3.5 O CASO DO ESTADO DA BAHIA

Em 2007, o Governo do Estado da Bahia criou a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), no âmbito da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), com a responsabilidade de formular e implementar as políticas públicas de economia solidária e apoio ao cooperativismo. A nova secretaria passou a funcionar a partir de quatro eixos programáticos estruturantes: assistência técnica; comercialização; inovação; e crédito.

Para o cumprimento de sua missão, a SESOL foi estruturada organizacionalmente com cinco coordenações: Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva (CATIS); Formação e Divulgação (COFD); Inovação e Fomento (COFES); Microcrédito e Finanças Solidárias (COMFIS); e uma coordenação de área meio (Informações Estratégicas, Monitoramento e Avaliação de Economia Solidária e Cooperativismo). É importante registrar que a construção da SESOL foi uma resposta dada pelo governo do estado à demanda da sociedade civil, representada pelo Fórum Baiano de Economia Solidária.

Adicionalmente, vale registrar que o governo estadual instituiu, em 2011, o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor. Na prática, tal programa significou um conjunto de estratégias de inclusão sócio-produtiva, pelo trabalho decente, de pessoas em situação de pobreza.

Outros espaços institucionais importantes na condução e no acompanhamento das ações de governo relacionadas ao tema são: o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES/BA), órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa vinculado à SETRE; os Centros Públicos de Economia Solidária, que são espaços multifuncionais, de abrangência territorial, com o objetivo de promover a sustentabilidade dos empreendimentos coletivos através da oferta da assistência técnica; e o Fórum Baiano de Economia Solidária, que congrega centenas de empreendimentos e entidades de apoio da Bahia. Esses corpos engendram um arranjo institucional que se configura como um ecossistema inovador solidário para o desenvolvimento das ações no estado.

Segundo Santos (2019) e Schwengber et al. (2020) o Governo da Bahia tem organizado a trajetória de institucionalização da economia solidária por meio das seguintes normatizações: i) Decreto nº 10.454, de 13 de setembro de 2007, que criou a Superintendência de Economia Solidária, no âmbito da SETRE; ii) Lei nº 12.368, de 13 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária (PEFES); iii) Decreto nº 13.167, de 11 de agosto de 2011, que instituiu o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor; iv) Lei nº 12.368, de 13 de dezembro de 2011, que criou o Conselho Estadual de Economia Solidária; e v) Portaria nº 1.780, de 19 de novembro de 2014, que instituiu o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol).

Os projetos e ações de destaque implementadas até a atualidade pela Política Estadual de Economia Solidária da Bahia são:

- Centros Públicos de Economia Solidária - CESOL: investimento de R\$ 35,8 milhões entre 2013 e 2020;
- Apoio aos empreendimentos econômicos solidários para a geração de trabalho e renda: 34 projetos ao todo, voltados, principalmente, para a formação técnica e distribuição de ativos e maquinário, totalizando mais de R\$ 10 milhões;
- Centro vocacional territorial de fomento à cadeia produtiva do cacau - CVT Cacau: 320 empreendimentos beneficiados, cujo valor destinado é da ordem de R\$ 1 milhão;
- Projeto de combate ao racismo institucional - a contribuição da economia solidária para a sensibilização de gestores públicos: realização de 39 oficinas territoriais, alcançando 750 beneficiários, com investimento de R\$ 329 mil;
- Implantação do Circuito de Feiras da Economia Popular e Solidária: foram realizados o 1º e o 2º Festival de Economia Solidária em Salvador e o 1º Festival da Economia Solidária de Vitória da Conquista, nos anos de 2018 e 2019;
- Festival Virtual de Economia Solidária: com a participação de 500 empreendimentos de economia solidária em junho de 2020;
- Requalificação de Feiras Livres: foram requalificadas 44 feiras com a distribuição de 1.300 barracas, até o final de 2019;
- Viabilização de microcrédito produtivo orientado: presente em 182 municípios, com 183 postos de atendimentos, já foram beneficiados 79.833 empreendedores por meio da viabilização e liberação de 219.410 contratos;
- Finanças solidárias: apoiou 1.362 pessoas e 230 famílias pertencentes a 218 empreendimentos.

3.6 SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS

Diante do exposto, foi observado que todas as experiências de políticas públicas subnacionais aqui relatadas se apresentam resilientes no propósito de constituir estratégias possíveis de emancipação do trabalho e superação de fatores determinantes da pobreza a partir dos princípios da economia solidária. Porém, sua institucionalização ocorreu a partir de formas e métodos muito peculiares, seja em âmbito estadual ou municipal. Em casos como da cidade de Balneário Camboriú e dos estados da Bahia e do Maranhão, as políticas de economia solidária emergiram demandadas pelo movimento local e/ou territorial, numa construção *de baixo para cima*, buscando o desenvolvimento sustentável com valorização das necessidades e características locais.

Já nos municípios de Maricá e Araraquara, tais políticas originaram-se da necessidade dos governos locais desenvolverem programas e projetos de geração de trabalho e renda com o propósito de mitigar os altos índices de pobreza presentes entre as populações. Nesse contexto, e em um movimento inverso ao citado no parágrafo anterior, os governos em questão assumiram a função de protagonistas, evidenciando inclusive uma maior institucionalização dessas ações.

No que concerne aos pontos de convergência das experiências subnacionais, as principais estão relacionadas com os seguintes aspectos: *i)* participação popular nos mecanismos de controle social - estes espaços possibilitaram a construção de agendas unificadas de ação, sobretudo no que diz respeito à elaboração de leis, e do orçamento público para a execução de programas e projetos; e *ii)* organização de pontos de comercialização - estas estruturas são compostas por uma diversidade de formas e inserem-se em arranjos cooperativos que envolvem organizações de várias matizes, objeto da constituição de um importante ecossistema inovador solidário. Segue quadro síntese sobre as experiências.

QUADRO 2 - Síntese das características das políticas de economia solidária nos governos subnacionais

Esfera Federativa	Nome	Mecanismos de Participação Popular	Origem da Política	Concepção da Política
Municipal	Araraquara (SP)	Conselho de Economia Solidária /Orçamento Participativo	Governo	Estratégia de desenvolvimento
Municipal	Balneário Camboriú (SC)	Conselho de Economia Solidária	Sociedade civil	Estratégia de combate à pobreza
Municipal	Maricá (RJ)	Conselho de Economia Solidária/Conselho de Segurança Alimentar	Governo	Estratégia de combate à pobreza
Estadual	Maranhão	Conselho de Economia Solidária/Orçamento Participativo	Sociedade civil	Estratégia de Combate à Pobreza
Estadual	Bahia	Conselho de Economia Solidária	Sociedade civil	Estratégia de desenvolvimento

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, é importante salientar que as experiências subnacionais aqui expressas dão materialidade a uma estratégia de desenvolvimento ou de combate à pobreza local e territorial sustentável, buscando substituir as relações puramente econômicas e individuais de produção fortemente presentes na sociedade capitalista, por uma forma de produzir e de se relacionar baseada na solidariedade em seu sentido mais amplo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme descrito ao longo deste texto, a geração local de trabalho e renda, a partir de instrumentos orientadores da economia solidária, constitui-se um dos elementos que podem contribuir para a definição de projetos distintos de desenvolvimento territorial, dado seu potencial de geração de novas dinâmicas econômicas, sobretudo em regiões mais periféricas e com vulnerabilidades socioeconômicas.

É neste contexto que ganham ênfase as políticas públicas aptas a estimular uma trajetória de desenvolvimento, com foco no fortalecimento ou mesmo na formação de uma cultura proativa a partir de uma base local, mais sustentável e inclusiva. Nesses termos, o foco inovador de tais ações estaria centrado, de um lado, na ideia de que o projeto de desenvolvimento deve ser construído *de baixo para cima* e, por outro, deve basear-se em um *pacto territorial*, mediado e impulsionado pela articulação de atores-chave, de forma sistêmica, integrada, transversal e co-construída.

A estratégia da economia solidária, dadas suas especificidades de ação nos distintos territórios, apresenta inúmeras potencialidades como instrumento de desenvolvimento local sustentável. Entretanto, é mister fortalecer o ecossistema comunitário, bem como seu grau de interconectividade entre distintos atores sociais, tendo em vista que muitas de suas experiências são marcadas por fragilidades intrínsecas ao seu funcionamento (produtiva, comercial, jurídica, contábil etc.).

No caso brasileiro, face à hodierna constatação de desmantelamento da política pública federal de apoio à economia solidária a partir de 2016, torna-se fundamental nesse momento verificar o potencial das “políticas territoriais de resiliência”, nos termos de Blanc (2020), em outras esferas de poder federativo.

Como se viu, a política pública encampada no governo federal pela Senaes, de 2003 a 2015, deixou, dentre alguns legados, a inserção da economia solidária nas decisões de políticas e programas de alguns governos subnacionais, em diferentes níveis de intensidade, inclusive com aprovação de leis específicas e constituição de conselhos gestores (estaduais e municipais). Tais experiências, entre outras que nos dias de hoje acontecem e até mesmo avançam em alguns aspectos, são aqui compreendidas como exemplos de políticas territoriais de resiliência,

sobretudo em função da primazia que a União possui em ditar as agendas de governo subnacionais a partir do planejamento de ações no plano federal. Assim, como se tentou demonstrar, essas iniciativas, dada a heterogeneidade programática e operacional que lhes caracterizam, revelam a pertinência e os desafios inerentes à manutenção de programas dessa natureza, mesmo em um contexto no qual o tema perde relevância na agenda federal.

5. REFERÊNCIAS

- Aráujo, H.y Silva, F. (2005). Economia solidária: um novo paradigma de política pública? *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, v. 28. Brasília: Ipea.
- Bahia. (2011). Lei nº 12.368 de 13 de dezembro 2011. Casa Civil - Legislação Estadual Da Bahia, 1-8. Disponível em <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso 09 de junho de 2021.
- Bahia. (2011). Decreto nº 13.148 de 08 de agosto de 2011. Casa Civil - Legislação Estadual Da Bahia, 1-3. <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso 09 de junho de 2021.
- Bahia. (2009). Lei nº 11.362 de 26 de janeiro de 2009. Casa Civil - Legislação Estadual Da Bahia, 1-5. <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso 09 de junho de 2021.
- Bauer, M. W. *et al.* (2012). *Dismantling public policy: preferences, strategies and effects*. Oxford: Oxford University Press.
- Blanc, J. (2020). *Politiques territoriales de résilience et de transition écologique: la piste des monnaies locales*. Terra Nova Le Think Tank Progressiste, junho, 2020.
- Brasil. Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 de maio de 2004.
- Cassiolato, J. E.; Szapiro, M. (2003). Uma caracterização dos arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. (Orgs.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará - IE-UFRJ.
- Couto, L. F.; Cardoso Junior, J. C. (2020). *A função dos Planos Plurianuais no direcionamento dos orçamentos anuais: avaliação da trajetória dos PPAs no cumprimento da sua missão constitucional e o lugar do PPA 2020-2023*. Brasília: Ipea (Texto para Discussão, n. 2549)
- Cunha, G. C. (2012). *Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)*. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília.

- Fonseca, S. A.; Gushiken, O.; Grigoletto, F.; Lorenzo, H. C. De. (2014). Panorama da economia solidária em Araraquara. In: Casagrande, E. E., Jardim, M.C. (Org.). *Araraquara dos anos 2000: uma perspectiva a partir de diferentes olhares*. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 127-143.
- França FILHO, G. (Org.). (2006). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS.
- Gaiger, L. I. (2020). Economia solidária, ativismo sociopolítico e democracia. *Revista Crítica de Humanidades*, v. 45, n. 249, p. 83-110.
- Goulart, J. O. y Marin, T. R. (2011). Políticas públicas de Economia Solidária e a SENAES: um balanço preliminar (2003-2006). *Revista Otra Economía*, 5 (8).
- Kingdon, J. W. (1995). *Agendas, alternatives and public policies*. United States of America: Addison-Wesley Longman.
- Morais, L.P. (2013). *As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. Campinas: IE-UNICAMP (Tese de Doutorado).
- Morais, L.P.; Bacic, M.J.; (2020). Social and solidarity economy and the need for its entrepreneuring ecosystem: current challenges in Brazil. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, n. 98, pp. 5-30.
- Ortega, A. C. (2008). *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas: Editora Alínea.
- Paiva, C.C.; Silva, E. (2020). A política pública de economia criativa e solidária no município de Araraquara, SP. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, v. 70. Brasília: Ipea.
- Putnan, R. (2000). *Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Sanches, C.; Morais, L. (2020). *Economia solidária e o ecossistema empreendedor solidário: o caso de Araraquara (SP)*. In: *IPEA Boletim Mercado de trabalho*, 68, abril de 2020.
- Santos, A. B. et al. (2019). A economia solidária como estratégia de combate ao racismo institucional e desenvolvimento territorial. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, 67. Brasília: Ipea
- Schiochet, V. (2006). Prefácio. In: França Filho, G.; Laville, J. M.; Medeiros, A.; Magnen, J. (Orgs). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*.
- Schwengber, A.; Santos, D. S.; Lima, E. B.; Almeida Filho, M. B. (2020). A Política Pública de Economia Solidária da Bahia: estratégia de desenvolvimento sustentável e democrático. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, 70, 183-197. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.38116/bmt70/economiasolidaria4>
- Silva, S. P. (2020a). Dimensões socioeconômicas dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. In: SILVA, S. P. (Org.). *Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas*. Brasília: IPEA.

- Silva, S. P. (2020b). A política nacional de economia solidária no ciclo de planejamento orçamentário (2004-2019). In: SILVA, S. P. (Org.). *Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas*. Brasília: IPEA.
- Silva, S. P. (2018). *Laços na diversidade: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil*. Brasília: IPEA. (Texto para Discussão, n. 2367).
- Silva, R. F.; Carvalho Filho, M. V. (2018). Território e economia solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, v. 64. Brasília: Ipea.
- Silva, J. L. et al. (2020). Políticas socioeconômicas de reação à crise da Covid-19 no município de Maricá, Rio de Janeiro. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, v. 69. Brasília: Ipea.
- Silveira, A. A. et al. (2018). *Maricá e Niterói: novos "Emirados" fluminenses? Uma avaliação da relação entre rendas petrolíferas e empregos formais nos municípios de Maricá e Niterói*.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

A contribuição dos autores se deu de forma equilibrada, seja na parte teórico-conceitual, seja no trato para com as informações dos estudos de caso.

FINANCIAMENTO E/OU OBRIGADO

Não houve financiamento

